

ESTUDOS
Sociedade e Agricultura

Estudos Sociedade e Agricultura

ISSN: 1413-0580

estudoscpda@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro
Brasil

Perrota, Ana Paula

Vegetarianismo ético e posições carnívoras: questões além do sabor e dos nutrientes
Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 25, núm. 2, junio-septiembre, 2017, pp. 327-352

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599964722006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Vegetarianismo ético e posições carnívoras: questões além do sabor e dos nutrientes

Introdução

A partir do interesse antropológico sobre a comida e o ato de comer, compreendemos que a ação para a satisfação da fome não deve ser explicada apenas levando em consideração seus aspectos naturais ou biológicos. Do mesmo modo que não pode ser explicada por critérios puramente objetivos. A comida e o ato de comer possuem implicações sociais na medida em que compreendemos que não apenas ingerimos alimentos, mas atribuímos a eles um valor simbólico, como bem já enunciou Levi-Strauss em sua célebre frase: “As espécies naturais não escolhidas por serem ‘boas para comer’ mas por serem ‘boas para pensar’” (1975, p. 172). As motivações das escolhas e dos hábitos alimentares são complexas, pois combinam diferentes dimensões, como por exemplo, a biológica e a cultural, a função nutricional e a função simbólica, a individual e coletiva e, por fim, a psicológica e a social (FISCHLER, 1988). Nesse caso, a discussão antropológica sobre o tema aqui discutido pressupõe que sejamos capazes de compreender a presença de uma razão cultural em nossos hábitos alimentares.

Conforme essa perspectiva, Rui Sérgio Sereni Murrieta esclarece então que “seria difícil pensar em outro aspecto da vida humana mais profundamente conectado com a sobrevivência básica e, ao mesmo tempo, com elementos social e simbolicamente construídos que a alimentação” (2001, p. 40). Nossas atitudes em relação à comida, ou, em outros termos, o que classificamos como alimento e o que escolhemos comer, são ações que normalmente aprendemos bem cedo. Como afirma Sidney Mintz (2001), essa aprendizagem ocorre a partir da influência de adultos a quem estamos ligados afetivamente, e por conseguinte, desenvolvemos um comportamento duradouro no que diz respeito à alimentação.

¹ Docente do Departamento de Ciências Administrativas e Sociais do Instituto de Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e doutora e mestre em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: anapaula_perrota@hotmail.com.

Levando em conta essa discussão básica da Antropologia, compreendemos que nossas escolhas sobre o que comer, onde comer e quando, não correspondem, por parte de nós, a uma reação direta aos estímulos sensoriais. Tal como afirma Marshall Sahlins (2003), os homens não “sobrevivem” simplesmente; eles sobrevivem de uma maneira específica. O que significa dizer, conforme a discussão aqui proposta, que não ingerimos alimentos simplesmente, mas nos alimentamos de uma maneira específica. No que diz respeito então à comida e ao ato de comer, é preciso localizá-los na sociedade, uma vez que produzimos alimentos não para seres biológicos apenas, mas para sujeitos sociais específicos. Nas palavras de Murrieta (2001), hábitos e escolhas alimentares incorporam, acomodam e intensificam os conflitos implícitos entre o que é biologicamente necessário, socialmente desejado, ecologicamente possível e historicamente assimilado.

Como a satisfação da fome entre nós não é um fenômeno intrinsecamente natural, a comida e o ato de comer desempenham outros papéis, conforme o debate antropológico. De acordo com Paolo Rossi, a alimentação consiste também numa “forma de sublinhar as diferenças culturais e sociais, ou de reforçar nossa própria identidade cultural” (2010, p. 32). Desse modo, a perspectiva é que o comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e a nossa identidade social, como explica Sideny Mintz (2001).

Tendo em vista essas considerações mais gerais, Livia Barbosa (2007) realiza um esforço de síntese sobre as múltiplas dimensões presentes em torno da comida e do ato de comer. De acordo com a autora, a alimentação mobiliza aspectos nutricionais, simbólicos, sociais e históricos. E como ressalta, acrescenta-se ainda a essas dimensões as perspectivas político-ideológicas. Sobre esse último aspecto, observa-se a existência do chamado ativismo alimentar. Trata-se de uma forma de ação política empreendida por grupos sociais que reivindicam transformações no sistema alimentar, através de modificações na forma como produz, distribui e consome alimentos (COUNIHAN e SINICALCHI, 2014).

E é justamente sobre esse último ponto que vou me deter: sobre as ações políticas e ideológicas em torno da produção e do consumo de alimentos de origem animal. Atualmente, existem no Brasil e em diferentes países ações políticas em favor dos animais que se caracterizam como “abolicionistas”. Esses grupos, identificados como movimentos de direito dos animais ou como movimentos abolicionistas animais são assim chamados porque têm como objetivo principal a libertação dos animais de quaisquer formas de exploração. Desse modo, são contra o uso dos animais para fins de satisfação dos humanos, seja como matéria-prima, cobaias ou entretenimento. Uma das reivindicações políticas desses agentes é dieta vegana. Como veremos melhor adiante, no que diz

respeito à alimentação, o veganismo é diferente do vegetarianismo porque não prescreve apenas a interdição da carne, mas de todos os alimentos de origem animal, como leite, ovos e seus derivados.

De acordo com Elaine de Azevedo (2017), a partir do enfoque do ativismo alimentar, observa-se por parte de grupos políticos a mobilização de questões que vão além da comida, e que tornam complexas, por exemplo, a relação entre seres humanos e o ambiente. Ao privilegiar a ação política dos movimentos de direito dos animais, no que diz respeito à defesa do veganismo, poderemos observar como esses agentes atribuem um novo significado à carne e, por conseguinte, à prática de se alimentar de bens de origem animal. Desse modo, o objetivo nesse artigo é tratar do vegetarianismo/veganismo em diálogo com a dieta carnívora. E pensar em como a afirmação da manutenção da carne, como alimento, se relaciona com a defesa do vegetarianismo/veganismo, caracterizado como uma postura relacionada à preocupação ética com os animais. Nesse sentido, trata-se então de discutir sobre como essa forma de ativismo alimentar, baseado em uma nova percepção sobre os animais e a carne, pressiona aqueles que mantêm a dieta carnívora. Para tanto, partiremos da controvérsia intelectual, ética e política inaugurada pelos “defensores dos animais” – como chamarei os movimentos acima referidos – que reivindicam que esses seres, assim como os humanos, possuem uma vida valiosa e por isso não podem ser mortos para se transformarem em alimentos. E discutiremos como as pessoas que adotam a dieta carnívora reavaliam o consumo de carne a partir dessa nova lógica normativa.

Em termos metodológicos, para tratar dessas questões contarei com a pesquisa qualitativa realizada para minha tese de doutorado sobre os defensores dos direitos dos animais. Entre 2010 e 2014 realizei consulta bibliográfica dos livros, artigos, teses e dissertações sobre a temática dos direitos dos animais produzidos pelos defensores, realizei observação participante nos congressos promovidos por esses agentes em diversos estados do país e no grupo de pesquisa existente na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de entrevistas semiabertas com 11 defensores que possuem relevância em todo Brasil e são reverenciados como intelectuais dos direitos dos animais, servindo de bibliografia elementar para quem se interessa pelo tema. Como etapa complementar da pesquisa para a produção desse artigo, realizei cerca de 30 conversas informais, presenciais e *online* como moradores da cidade do Rio de Janeiro, direcionadas sobre a presença ou não de carne em nosso regime dietético. Basicamente, tratei de questionar aos meus interlocutores se possuem uma dieta carnívora e se pretendem aderir ao vegetarianismo e por quê? A partir dessas respostas minha proposta foi a de discutir como aqueles que adotam uma dieta carnívora se relacionam

com a crítica que existe hoje no debate público em torno de questões éticas sobre a produção da carne para afirmar suas escolhas por alimentos de origem animal.

Caso os matadouros tivessem paredes de vidro ninguém comeria carne

A frase que enuncia o subtítulo acima é comumente atribuída a Paul McCartney, baixista de uma banda britânica que nos anos 1960 tornou-se um fenômeno de público mundial. O sentido presente nessa frase é pressuposto da ação dos defensores dos animais: demonstrar, seja através de imagens ou textos, o que aconteceria verdadeiramente nos estabelecimentos frigoríficos e então denunciá-las como formas de violência contra os animais. Trata-se de fazer da produção da carne não um processo produtivo como outro qualquer, mas uma forma de assassinato. Nesse sentido, observa-se que a visibilidade que se pretende conferir aos animais, conforme buscaremos discutir, não consiste apenas no esforço de trazer imagens que permaneceriam ocultas para o conhecimento público. Significa principalmente conferir um sentido particular a essas imagens na medida em que se propõe que os animais assumam um protagonismo como sujeitos. Ao tratar da produção da carne, os defensores pretendem que sejamos capazes de enxergar os animais como vítimas inocentes e não como matéria-prima para a produção de um bem alimentício. Nesses termos, o problema da visibilidade e invisibilidade dos animais, tal como está colocada pelos defensores, não é apenas físico, mas fundamentalmente moral (PERROTA, 2015).

Formas de organização política em favor dos animais não é um fenômeno recente e nem homogêneo. Ainda no século XIX foram fundadas as primeiras associações protetoras dos animais, em países como Inglaterra e França. Nesse sentido, é importante delinear esse movimento, explicitando a quem me refiro como “defensores dos animais”. Trato da ação de professores/pesquisadores brasileiros que possuem inserção acadêmica e uma forma de organização política em favor dos animais. A maior parte integra o corpo de universidades públicas, e todos reconhecem seus trabalhos como científicos e bem fundamentados. Sem querer dar conta da totalidade do panorama da defesa animal no Brasil, trata-se de compreender o esforço desses agentes que são, principalmente, atuantes nas áreas do direito, filosofia, história, biologia e medicina veterinária e que realizam um trabalho comum que resulta na promoção de congressos, grupos de pesquisa, institutos, criação de *websites* com notícias e hospedagem de artigos, publicações impressas, orientações de mestrado e doutorado, ações jurídicas etc. Somam-se a esses professores/pesquisadores membros do Ministério Público do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, que atuam

profissionalmente na esfera do direito dos animais, protocolando denúncias contra rodeios, circos, zoológicos e também participando dos mesmos congressos e realizando publicações acadêmicas focadas na área jurídica.

Esses agentes possuem ligações com pesquisadores de países como Argentina, Estados Unidos, Espanha etc. e entre todos eles existe em comum a maneira de pensar e agir em favor dos interesses dos animais. A participação nos chamados congressos animalistas em que esses agentes participam permitiu algumas observações e reflexões preliminares que delinearão um aspecto importante sobre essa mobilização pelos direitos dos animais. A presença nessas palestras deixou claro que uma parte da mobilização política em favor dos animais consiste em atividades que possuem pretensões acadêmicas e motivações políticas. Nesse sentido, a atividade acadêmica constitui uma prática militante para os defensores da causa. Por meio dela, busca-se transformar o modo como enxergamos os animais e, por conseguinte, sua realidade.

De acordo com um trecho do livro escrito pelo defensor Tagore Trajano, o desenvolvimento de estudos e pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento científico em que os defensores participam devem “propor mudanças do paradigma vigente, a fim de possibilitar uma ruptura com este modelo e construção de um novo mais inclusivo.” (TRAJANO, 2014, p. 189) Observa-se então que, dentre as múltiplas possibilidades de constituição, a “causa animal” pode ser definida também como um projeto intelectual que, de forma geral, almeja uma reforma dos pares conceituais natureza/cultura nos planos epistemológico e político.

À medida que denunciam o “sofrimento” e a “exploração” do qual os animais são vítimas nas inúmeras atividades e serviços destinados aos humanos, os defensores lutam para que a história animal também seja contada. Tanto a partir do seu reconhecimento como sujeitos, quanto através de uma luta política por justiça e direito. As pesquisas e discussões acadêmicas são orientadas para garantir a transformação da realidade dos animais no âmbito da ética e do direito. Para dar conta desse objetivo, os questionamentos centrais propostos pelos defensores em seus trabalhos, congressos e produções textuais tratam fundamentalmente das seguintes perguntas: Por que os animais têm direitos? Quais são esses direitos? Qual a fissura moral que nos impede de ver o outro além de nossa própria espécie? Por que não é ético matar animais e nem infligir a eles sofrimento? Quais as objeções aos direitos dos animais e como responder a elas? Tais questionamentos problematizam sobretudo o modo como vemos os animais e como nos relacionamos com eles.

Conforme percebi durante a pesquisa, embora surjam referências

bibliográficas com enfoques distintos, assim como divergências sobre interpretações ou referenciais teóricos, o ponto de partida é comum: os defensores buscam responder cientificamente aos questionamentos apontados acima a fim de garantir a ampliação da condição de sujeito, ou do círculo da moralidade, de modo que abarque também os animais. Os temas discutidos em palestras ou livros aproximam-se, obviamente, das áreas de formação dos defensores/acadêmicos. Enquanto as pessoas ligadas ao direito e à filosofia discutem mais especificamente questões sobre a personalidade jurídica dos animais, ou sobre a diferença moral que impede que humanos e animais recebam o mesmo tratamento, os defensores das áreas biomédicas tratam de questões fisiológicas e comportamentais dos animais.

Essas temáticas, conforme foram elaboradas pelos pesquisadores/militantes, tiveram influência de publicações acadêmicas produzidas no exterior. A entrada no universo teórico que aborda a preocupação ética com os animais foi feita a partir de leituras de pesquisadores internacionais. Os defensores trabalham com as publicações dos chamados “filósofos animalistas”, principalmente Peter Singer (2010), Tom Regan (2006) e Gary Francione (2013), considerados percursores da “causa animal”, para construir e dar respaldo às suas discussões. Portanto, a atuação em favor dos animais no Brasil está teoricamente ou ideologicamente conectada a um movimento internacional em favor dos animais, que tem como marco a publicação do livro do filósofo Peter Singer, intitulado *Libertação animal*, em 1975. Defensores e cientistas sociais consideram igualmente que o filósofo forneceu os alicerces intelectuais do movimento contemporâneo de proteção dos animais. O filósofo Gary Varner (1998) aborda em seu trabalho sobre ética ambiental que o livro de Peter Singer é a “bíblia do novo movimento animal”. O livro *Libertação Animal* e as publicações dos filósofos Tom Regan e Gary Francione são mencionados pelos defensores como fontes bibliográficas e inspirações que promoveram a “tomada de consciência” para a preocupação com os animais, além de sedimentaram em bases objetivas a perspectiva já defendida de que animais devem ser titulares de direitos.

A partir de estudos científicos das diferentes áreas citadas, os defensores afirmam que assim como os humanos, os animais também são “sujeitos de uma vida”. E então está claro que qualquer atividade que faça uso desses seres é uma prática moralmente inconcebível. Independente de nossos hábitos e desejos alimentares, o objetivo é transformar todos os animais em sujeitos morais na medida em que é reivindicado o abandono de sua concepção de objeto amoral. Em conformidade com essa perspectiva, o consumo de carne torna-se um grave erro moral, uma falta de compaixão nossa em relação à outras espécies. Como consequência,

não só a carne, mas todos os alimentos de origem animal são interditados da dieta alimentar.

Veganismo: restrição e proibição da carne por razões racionais e éticas

Como estamos discutindo acima, a defesa dos direitos dos animais não implica apenas uma transformação ontológica de seu *status* moral de objeto para sujeito, como não se refere exclusivamente à necessidade de reformulação teórica e jurídica das instituições a fim de que sejam capazes de garantir a libertação animal. Trata-se também de uma reforma interior, pois diz respeito a uma mudança pessoal que implica o rompimento com o consumo e práticas cotidianas que façam qualquer uso dos animais. Nesse caso, não basta apenas que as ideias sejam abolicionistas, mas as práticas cotidianas também devem ser. Conforme a perspectiva dos defensores, o veganismo consiste numa condição fundamental na luta em favor dos animais, pois sem essa postura não seria possível garantir a esses seres uma “vida livre de exploração”. Portanto, como afirma Florence Faucher (2008), o veganismo combina as dimensões público e privadas do engajamento individual em favor dos animais.

Essa forma de mobilização política, enquanto discurso ético, traduz-se em uma experiência moral de mundo, e o veganismo incorpora essa experiência na prática. Não há dúvidas, como os defensores afirmam, que o veganismo deve ser uma postura assumida por todos. O abolicionismo animal, enquanto princípio norteador da luta pela libertação animal consiste na passagem do “dever moral humano de ‘não matar’, ao dever de ‘defender a vida animal’”. (FELIPE, 2013) As múltiplas interdições levadas à frente pelos veganos possuem fundamentações ancoradas na preocupação ética de suprimir todo o sofrimento existente na vida dos animais. São, portanto, o resultado factual dos valores em que acreditam e do projeto de sociedade pelo qual lutam. Como explica Marianne Celka (2013), “o veganismo é um prolongamento, uma continuação lógica que conduz os atores da libertação animal a adotar um modo de vida exemplar e guiado por esse ‘dever ser’” (p. 92).

A adoção de um estilo de vida que se abstém de qualquer produto que faça uso animal, enquanto projeto político que visa ser imposto à sociedade, traz como tensão a relação entre a liberdade individual e a obrigação moral. Mas os defensores, ao localizar essa tensão no terreno ético, argumentam que não se trata de uma simples escolha pessoal, mas de agirmos eticamente ou não. Como afirmam, o veganismo diz respeito a uma tomada de decisão racional perante o horror vivido pelos animais que são utilizados nas diferentes indústrias e nas atividades de entretenimento. O veganismo é considerado, portanto, uma tomada de consciência:

O que há, na consciência de cada vegano, são imagens e descrições bastante precisas do cotidiano da vida dos animais produzidos em escala industrial para consumo humano. Então, a partir dessas informações, escritas ou apresentadas em imagens nada sutis, nada doces, nada disfarçadas ou envernizadas, nós, que antes não éramos veganos, éramos carnistas e galactômanos iguais a toda gente, tornamo-nos veganos. (FELIPE, 2012)

Nesse sentido, os defensores, ao analisarem essa virada em suas vidas pessoais, afirmam que se trata de uma mudança quase “natural”. Como afirma o defensor Laerte Levai, o conhecimento sobre a realidade vivida pelos animais traz como consequência o fato de que “não tem volta, você se contamina com o bichinho animalista e você vai fundo. Olha, acho difícil você renegar tudo isso quando você conhece de perto a situação e vê como a mudança pode ser feita”.² Conforme essa mesma perspectiva, associando o conhecimento do que seriam os problemas vividos pelos animais e a mudança em direção ao veganismo, a defensora Vania Tuglio explica que: “É uma coisa meio que uma consequência meio necessária que acontece mesmo naturalmente você acabar, essa consciência resvalando para outras áreas da sua vida”.³

Tais interdições não são uma tarefa fácil, ao contrário, trazem inúmeros desafios. De uma perspectiva mais imediata, cortar a carne da dieta poderia não parecer uma ação problemática, mas o veganismo se estende de uma maneira que poderíamos considerar incalculável: uso de medicamentos testados em animais, consumo de bebidas como o vinho que utiliza tração animal para a sua produção, cuidado na alimentação dos filhos, deixar de participar plenamente das festas em família por não compartilhar da mesma refeição, confrontar um discurso médico que considera imprescindível em termos nutricionais o consumo de alimentos de origem animal etc. Para ser vegano, deve-se fundamentalmente buscar estratégias diante das indústrias e das práticas alimentares, de vestuário e médicas, que se apoiam em grande medida no uso de animais.

Entretanto, a mudança alimentar, centrada na dieta vegetariana, ocupa papel central na definição do militante e na construção política da causa animal. Desse modo, se o veganismo é amplo e não há um conjunto de interdições bem definido, a mudança que adquire maior relevância é em direção ao vegetarianismo. Pois se o veganismo é aberto, o vegetarianismo é fechado. O que significa dizer que o posicionamento é mais simples de ser cumprido e ao mesmo tempo de ser exigido, pois ou se come carne ou não. Nesse sentido, observa-se que a cobrança por parte

² Entrevista concedida em agosto de 2014.

³ Entrevista concedida em agosto de 2014.

dos defensores é feita de maneira mais geral sobre a interdição da carne na dieta alimentar. A preocupação se alguém possui alguma peça de couro no vestuário não tem a mesma força e nem o mesmo impacto do que a preocupação de alguém que se alimenta de carne. As outras ações que compõem o veganismo não são colocadas tão enfaticamente enquanto fonte de preocupação sobre a atitude de si e dos outros em comparação com os alimentos de origem animal e, mais especificamente, a carne. Como foi possível observar durante a pesquisa, quando o assunto veganismo é discutido, a questão alimentar vinculada a carne é, na maioria das vezes, o aspecto principal associado a essa postura. E conforme os interesses desse trabalho, nosso objetivo é justamente tratar da comestibilidade e não comestibilidade desse alimento.

Comida que desconforta: a base moral da dieta vegetariana

A defesa da restrição da carne pressupõe a consideração de que as atividades que fazem uso de animais consistem em formas de violência, e esta seria um fato inquestionável. A ideia é que os atos responsáveis por colocar fim à vida, seja de humanos ou animais, são, para os defensores, indiscutivelmente formas de assassinato. Os defensores partem do princípio de que “o reconhecimento de que existe um direito dos animais, a partir do direito dos homens, não se restringe a divagações de cunho abstrato ou sentimental. Ao contrário, como afirma o defensor Laerte Levai, “é de uma evidência que salta aos olhos e se projeta no campo da razão.” (LEVAI, 2006, p. 188) O objetivo dos defensores é fazer com que os valores animalistas se convertam em regras específicas, com a finalidade de fundamentar o erro de nossas ações e interditar a produção e o consumo de alimentos de origem animal. A partir da ética animalista, os defensores querem nos questionar: É certo matar animais para a produção de alimentos? E nos fazer crer que a resposta para essa pergunta é: Absolutamente não.

Contudo, cabe ressaltar que a prescrição de interdição da carne não é uma novidade. Como afirma Fischler (1995), a carne é tanto o alimento mais desejado quanto o mais abominável. O autor cita diferentes grupos sociais que submetem à carne regras restritivas e proibitivas por razões de natureza religiosa: os hindus na Índia e os budistas na Ásia, por exemplo. Já a prática do vegetarianismo, tal como reivindicada pelos defensores, busca seu fundamento em uma natureza científica e racional, que comprovaria que, assim como os humanos, os animais também são merecedores de consideração moral. O que justifica a interdição da carne em nossa dieta alimentar é, portanto, a transformação do *status* ontológico dos animais que faz deles não mais objetos, mas sujeitos. Essa transformação, por sua vez, atribui um novo significado à carne, que de

acordo com a lógica normativa dos defensores seria fruto de uma atitude antiética nossa com relação aos animais.

O esforço de rotular as ações contra os animais como desviantes e de construir e impor a ética animal como fundamento de nossas ações pode ser inserido na discussão de Howard Becker (2008) sobre “empreendedorismo moral”. Como já foi dito, de acordo com o autor, regras são criações e, portanto, “todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las” (p. 15). Esse processo não pode ser arbitrário. Conforme o autor salienta, a imposição requer explicações. Por esse motivo, a imposição de uma regra é compreendida como um empreendimento. Observando as ações dos defensores, não temos dúvidas de que a organização de centros de pesquisas, a produção de livros, artigos, filmes, a promoção de congressos, publicações de cartas públicas, ajuizamentos de causas diversas, com o fim último de tornar efetivo o direito dos animais, colocam-nos ante uma tarefa empreendedora. Os defensores dos animais podem então ser definidos como “empreendedores morais”, o que nas palavras de Becker, significa que esses agentes buscam a “criação de um novo fragmento da constituição moral da sociedade, seu código de certo e errado” (2008, p. 151).

Corrigindo nossa ética, os defensores buscam transformar nossa disposição no sentido de considerarmos legítima a garantia de uma vida digna para os animais e, portanto, a adoção do vegetarianismo como dieta. A ética animalista serviria como um fundamento inquestionável para esse padrão dietético fundado em um relacionamento entre humanos e animais que faz de ambos igualmente sujeito de direitos. Tomando esse posicionamento como uma decorrência lógica da realidade dos animais, os defensores pretendem desestabilizar a ética vigente a partir de uma releitura crítica que evidencie o erro em não considerar como simétricos do ponto de vista moral os interesses humanos e não humanos. Observa-se, então, que essa reparação da realidade não é entendida a partir de uma perspectiva relativista e nem de uma mudança de pensamento que pode conferir ou não maior sensibilidade à vida animal. Mas deve ser entendida de uma forma normativa e absoluta.

A partir dessa perspectiva trazida ao debate público sobre os animais e sobre o ato de abatê-los para a produção de alimentos, a dieta carnívora adquire outra significação, além de trazer novos dilemas no que diz respeito à comida e ao ato de comer. Nos diferentes trabalhos elaborados pelos defensores, a descrição dos ambientes de vida e morte dos animais é feita num tom de filme apocalíptico, tanto pelo que ocorre fisicamente, quanto em razão das provações mentais que passariam para suportar as condições em que são obrigados a viver. Nesse sentido, o objetivo em torno da ressignificação dessas práticas é o de dar visibilidade aos

animais não como matéria-prima para a produção de alimento, mas como seres que têm uma vida para viver.

Nesses termos, observamos o que seria, pela perspectiva dos defensores, um resgate (e pela perspectiva antropológica, uma elaboração) da condição animal enquanto ser orgânico e não unidade produtiva. Os defensores falam das “fezes”, “pulmões”, “olhos”, “ossos”, “asas”, “bicos”, “tecidos nervosos”, “pele”, “cauda”, “dente”, “gestação”, “útero” como um esforço de tornar concreta a realidade orgânica dos animais e mostrar o sofrimento no modo como cada uma dessas partes do corpo é afetada. Os defensores, com essas descrições, pretendem nos informar, lembrar ou nos conscientizar do que estaria implícito a respeito da vida dos animais quando, por exemplo, nos alimentamos de carne:

Creio que poucas pessoas sabem, de fato, que, ao comerem uma carne bovina assada, estão comendo pedaços do corpo de um animal que nascera para viver de 17 a 25 anos. Mas esse animal foi apunhalado e tirado da vida aos 2 anos. Ao comerem “frango assado”, os humanos não sabem que estão ingerindo pedaços do corpo de um animal que nasceu para viver de 15 a 20 anos, mas foi degolado aos 43 dias de vida. (...). Ao comerem “pernil” ou “presunto”, os humanos não sabem que estão ingerindo pedaços de um animal que nasceu para viver de 10 a 12 anos, mas foi apunhalado aos 140 dias de vida. Para comer, os glutões humanos amputam a vida dos animais cobiçados. Sim, comemos em excesso, por gula, não por necessidade. (FELIPE, 2011)

O repertório em torno das experiências dos animais tidas como sofridas faz parte do vocabulário que traduz as relações humanas. O modo como percebemos o corpo humano e a forma de afetação que é moralmente condenável são os mesmos mobilizados pelos defensores para se referirem aos animais. Portanto, está sendo mobilizado nas denúncias elaboradas pelos defensores o mesmo repertório acionado nas denúncias sobre os crimes cometidos contra a vida humana. E desse modo, pretende-se mostrar/convencer que o ato de comer carne é tão abominável moralmente quanto o canibalismo, por exemplo. Diante desse contexto elaborado pelos defensores e que faz do ato de comer carne um crime, trata-se de afirmar como valor moral que a escolha alimentar de produtos de origem animal não deve estar aberta às preferências individuais, mas deve ser, a partir de um imperativo categórico, veementemente repudiada por todos.

A dieta vegetariana diz respeito à escolha de não comer carne. Como define Dominique Lestel (2011), um grande número de vegetarianos o são por razões dietéticas, pois consideram que o melhor para a saúde é não se

alimentar de carne. Outros vegetarianos adotam esse regime por razões estéticas, ou seja, eles não têm preferência pelo gosto da carne. E outros por razões psicológicas. Nesse caso, uma experiência traumática é o que os impede de voltar a se alimentar de carne. Entretanto, o que é importante nessa discussão são aqueles que se tornam vegetarianos por uma questão ética, que, como afirma Lestel, “recusam a carne porque é necessário fazer sofrer e matar um ser sensível para comê-la” (2011, p. 21). O vegetarianismo ético está ancorado na defesa dos direitos dos animais. Considera-se, como já aparece na crítica dos defensores, que na medida em que esses seres são sensíveis e inteligentes, eles têm o direito de não serem mortos para serem comidos. Em outros termos, os animais “têm o direito de não serem comidos pelos homens pelos mesmos motivos que um homem tem o direito de não ser comido por outro homem” (2011, p. 22).

Fome de carne

Os defensores pretendem mudar nosso olhar e sensibilidade para tratarmos a produção de alimentos de origem animal sob o ponto de vista da ética animalista. Entretanto, a denúncia de que a indústria da carne promove diariamente o “assassinato” de milhares de animais e, por este motivo, tal atividade deveria ser interrompida, não adquire a abrangência que os defensores desejariam para a maioria de nós. Não só a relevância não é conquistada, como essa denúncia não é levada a sério, pois cotidianamente nos alimentamos de carne sem considerarmos que estamos envolvidos em alguma forma de crime, como o assassinato, por exemplo.

A dificuldade, se assim podemos dizer, sobre o empreendimento moral dos defensores pode ser compreendida a partir do fato de que a restrição da carne em nossa dieta não diz respeito à mudança de um hábito simples. A discussão sobre a mobilização política para a reivindicação dos “direitos dos animais” nos leva a pensar que essa forma de luta produz impactos que desestruturam alguns de nossos hábitos mais arraigados, e que, portanto, são tomados como “naturais”. Além disso, essa desestabilização não diz respeito apenas a questões de ordem prática, mas, sobretudo, aos valores que orientam nossa concepção de mundo. A defesa do vegetarianismo ético com base numa perspectiva normativa confronta nosso sistema de práticas e valores tanto no que diz respeito a relação entre humanos e animais quanto com relação ao papel que os alimentos de origem animal e, principalmente, a carne, ocupam em nosso regime dietético.

A carne possui centralidade na nossa dieta e um importante papel na economia brasileira, sendo considerada por cientistas e pelas pessoas em geral como fonte fundamental de proteína. Além disso, a comestibilidade

da carne é tratada comumente como um resultado “natural” da relação entre humanos e animais numa apropriação do evolucionismo de Charles Darwin ou da noção biológica de cadeia alimentar, em que os mais fortes (humanos) se alimentam dos mais fracos (animais). Ao tratar da dieta alimentar norte-americana, Jonathan Safran Foer (2011) afirma que apenas 0,25% dos alimentos comestíveis conhecidos no planeta são consumidos. Não tenho informações comparativas sobre o caso brasileiro, mas considerando que seguimos um padrão ocidental de escolhas alimentares, nossa situação é parecida. E o que também nos aproxima é a predileção pela carne.

A carne, considerada um alimento absoluto, é o item de nossa dieta mais desejado e buscado. Embora esse alimento ofereça vantagens do ponto de vista nutricional, este é apenas um aspecto que explica o protagonismo da carne em nossos hábitos alimentares. De acordo com Fischler (1995), esse alimento tem um importante papel simbólico e serve como um dos objetos de reivindicações mais sentido. Em adição a essa discussão, Marvin Harris (1989) afirma que os alimentos de origem animal, em comparação com os alimentos de origem vegetal, são objetos de maiores honras e desejos por parte dos seres humanos. Desse modo, as sociedades estariam mais dispostas a desperdiçar uma parte desproporcional de sua energia e riqueza para produzi-la. Essa perspectiva pode ser melhor compreendida com a citação abaixo:

Expresso em termos energéticos, quando o cereal se converte em carne existe a falta de nove calorias adicionais para obter uma caloria para o consumo humano ou, em termos de proteínas, fazem falta quatro gramas de proteínas no cereal para produzir um grama de proteína animal. Para que os Estados Unidos possam sustentar seus hábitos carnívoros, 80% do cereal cultivado nesse país deve ser destinado ao gado. (HARRIS, 1989, p. 10)

A interdição da carne como componente de nosso regime dietético faz com que sua ausência seja entendida como responsável por um colapso em nosso modelo alimentar e econômico. Como exemplo, podemos lembrar, em outubro de 2014, do furor público que se seguiu à fala do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que, diante da alta dos preços da carne vermelha, sugeriu que a população consumisse substitutos, como ovos e aves. O conselho para que se procurassem outras fontes de proteína foi interpretado como uma constatação de que a população estava perdendo a qualidade dos alimentos consumidos e deveria consentir a esta situação. O assunto rendeu várias reportagens jornalísticas com manchetes que tinham um teor depreciativo implícito, como a do jornal *Estadão*: “Contra a inflação, governo sugere trocar carne

por ovo.”⁴ Em decorrência dessa polêmica gerada houve resposta da presidente da República com o intuito de rebater a fala do Secretário, dizendo que foi “infeliz”, pois além do frango e ovo, as pessoas também tinham o direito de comer carne.⁵

A ausência dessa fonte de proteína em nossas refeições produz a fome de carne, que não diz respeito propriamente à fome física, uma vez que “nossa relação com a carne comporta uma dimensão fundamentalmente psicológica e essencialmente social” (FISCHLER, 1995, p. 114). Em nosso padrão dietético a carne é considerada o prato principal, sendo todo o resto acompanhamento. E mesmo nos pratos vistos como secundários, é prática comum incrementá-los com algum ingrediente de origem animal, com o intuito de torná-los mais sofisticados e saborosos. Aderir a uma dieta que restringe estritamente todos os tipos de carne do cardápio produz então uma estranheza e um receio explícito em nossa sociedade. Pois a carne não só é vista como uma fonte rica de nutrientes, mas figura também como o prato de maior destaque das refeições. A estranheza com relação à falta da carne é enunciada primeiramente a partir da noção de privação e é acompanhada da seguinte inquietação quando alguém se identifica como vegetariano/vegano: “Mas o que você come?”, “Você não fica doente?”, “Não passa fome?”, “Não tem fraqueza?.”

O sentido dessas frases demonstra a preocupação por parte do interlocutor, pois se presume a inviabilidade da dieta vegetariana/vegana, já que, sem a carne, haveria a falta da proteína animal, e outros nutrientes presentes nesse alimento, que são considerados fundamentais para a boa saúde. As perguntas demonstram também a falta de imaginação em preparar uma refeição equilibrada em termos nutricionais e de sabor sem carne, já que estamos habituados a ancorar nossos pratos com este alimento. Considerando as conversas orientadas informalmente sobre essa questão, acredita-se que sem a carne “sente-se fome mais rápido” ou “não é possível substituir eficientemente essa fonte de proteína”. E menos ainda é considerada plausível a opção por se abster do deleite de saborear a própria carne: “Morro de dó dos animais que precisam morrer para que eu os coma. Mas eles são tão gostosos”. De modo geral, no plano do discurso científico, bem como das pessoas em geral, não se vislumbra a adoção dessa dieta restritiva, pois além da possibilidade da saúde ficar comprometida, se pensa sobre como seria possível resistir tanto tempo ao sabor da carne. Nesse plano está presente a ideia de uma penúria desnecessária.

No entanto, ainda que pareça paradoxal, a adoção do vegetarianismo consiste numa prática considerada legítima a partir da justificativa de que

⁴ Visualizada em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,contra-a-inflacao-governo-sugere-trocar-carne-por-ovo-imp-,1573878>.

⁵ Visualizada em: <http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN01300F20141014>.

se está fazendo uma escolha por hábitos de vida mais saudáveis. É importante enfatizar que esse pensamento tende a ser confundido com uma dieta que mantém o peixe e o frango nas refeições, excluindo apenas a carne bovina do cardápio. Então é comum a ocorrência do seguinte diálogo quando se diz que é vegetariano: “Mas você come frango?” “Não.” “E nem peixe?” A carne vermelha, como é chamada a carne de boi, já aparece no ideário médico-científico como uma fonte de alimento que traz efeitos negativos à saúde, principalmente coronária, devido ao alto teor de gordura que contém. Por isso, o vegetarianismo em prol de uma vida mais saudável é pensado como sendo uma opção que mantém as “carnes brancas”, ou “carnes leves”, que são as carnes de peixe e frango. Desse modo, a identificação dessa dieta com um estilo de vida que traz benefícios à saúde se torna mais fácil, pois não haveria a interdição de toda a fonte de proteína animal.

Outro enquadramento em que o vegetarianismo é aceito, diz respeito à preocupação com a questão ecológica. Tendo em vista os efeitos deletérios ao meio ambiente que a criação de gado extensiva produz e os recursos naturais necessários para a criação de rebanhos, o ato de não comer carne é entendido como uma crítica a essas práticas produtivas e, ao mesmo tempo, como um esforço de minimizar o impacto ambiental sobre o planeta. Nesse sentido, questões como não comer carne e fumar ou não comer carne e não se preocupar com o uso de agrotóxico nos alimentos são apontadas como contradições pontuais para desqualificar a opção daqueles que não incluem produtos de origem animal em sua dieta.

Nas ocasiões em que essas duas fontes de entendimento sobre o vegetarianismo são negadas, ou seja, quando se defende que a opção por se abster de consumir carne não se refere à preocupação com o colesterol ou com o meio ambiente, mas diz respeito à preocupação com os animais em si, instaura-se uma situação em que a posição do vegetariano parece inadequada e improvável. Quando a discussão entra no âmbito do veganismo, que significa a restrição de todos os produtos de origem animal, incluindo então o leite, o ovo e seus derivados, a reação de incredulidade é potencializada: “Você está louco? Desse jeito a pessoa morre de fome, não sobra nada para comer.” Além disso, é abordada a radicalidade presumida desse posicionamento: “Mas não é preciso matar a vaca ou frango para ter leite e ovos.”

Discorrer sobre a forma como as pessoas reagem a uma dieta alimentar que exclui todos os produtos de origem animal nos permite pensar igualmente sobre o papel que a produção da carne ocupa na economia brasileira. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a exportação de carnes em 2016 obteve um crescimento de 8,7%, atingindo a marca de 5,366 milhões de

toneladas. Esses números são compostos pela exportação de carne suína no montante de 611,0 mil toneladas. Foram exportados 3,721 milhões de toneladas de aves e 1,033 milhão de toneladas de carne bovina.

A representatividade econômica que a carne possuiu é, portanto, equivalente à representatividade que seu consumo ocupa na prática alimentar das pessoas e na consideração sobre seus benefícios nutricionais. A reivindicação da interdição desse alimento, tanto da pauta de produção quando do cardápio das casas e restaurantes brasileiros, é confrontada com o entendimento de que o seu consumo e a sua produção são condizentes com o nível natural e racional das necessidades e desejos alimentares dos seres humanos. Entretanto, trata-se de pensar aqui, como salienta Sahlins (2003), que “a relação produtiva é estabelecida por avaliações específicas de comestibilidade e não comestibilidade, elas mesmas qualitativas e de maneira alguma justificáveis por vantagens biológicas, ecológicas ou econômicas” (p. 17). A carne é pensada como necessária à nossa saúde, a sua produção como necessária para o desenvolvimento econômico do país e para o fornecimento dessa fonte de alimento para a população em geral. Mas, “qualquer etnólogo ou sociólogo sério irá dizer que não existe nada mais vago, mais incerto, mais impreciso ou mais inutilizável do que a noção de ‘necessidade’” (SARDAN, 2005, p. 85).

Em razão da preeminência da carne em nossa dieta bem como em nosso modelo produtivo, costuma-se pensar a respeito da reivindicação dos “direitos dos animais” com descrédito. Essa descrença ocorre diante da perspectiva de que seria impossível modificar essas duas realidades, que são profundas e interconectadas. E de fato não se trata de uma tarefa simples, como afirma Sahlins (2003): tanto a estrutura correspondente para a produção agrícola de ração quanto a articulação específica com o mercado mundial se transformariam imediatamente se passássemos a comer, por exemplo, carne de cachorro. Diante dessa discussão, não cabe avaliar aqui o potencial transformador da ética animalista, mas sim compreender as suas implicações. E desse modo, como veremos melhor a seguir, observamos que a alimentação centrada na carne, principalmente de boi, frango e porco, faz parte de um modo de vida e de determinadas práticas que articulam todo um sistema cultural e econômico. E a tomada de conhecimento dessas relações em sua complexidade nos mostra a amplitude da desconstrução colocada em jogo pelos defensores dos animais.

Posições Carnívoras: para além do sabor e dos nutrientes

A controvérsia intelectual inaugurada pelos defensores sobre a relação entre humanos e animais e sobre os pares dicotômicos sujeito e objeto inauguraram também uma controvérsia ética em torno da

comestibilidade ou não comestibilidade de alimentos de origem animal. Os defensores produzem ou pretendem produzir um mal-estar sobre o ato de comer carne que repousa no imperativo de que devemos ter consideração ética aos animais. Em conformidade com essa perspectiva, como explica Dominique Lestel (2011), defender animais e comê-los são percebidos como antinomias. Por conseguinte, amar os animais e não querer comê-los deveriam ser atitudes que caminham juntas.

O debate ético sobre consumo e produção de alimentos de origem animal adquire relevância pública e há um número crescente de pessoas que aderem a esse estilo de vida ou dieta. Acompanhando esse processo social, nos últimos anos, diversos trabalhos na área de ciências sociais foram produzidos no Brasil sobre o veganismo (FERRIGNO, 2012; ABONIZIO, 2013; LIRA, 2013; TRIGUEIRO, 2013). O crescimento de pessoas adeptas ao vegetarianismo não significa, no entanto, que a carne tenha deixado de ocupar uma papel hegemônico em nossos padrões alimentares. Mas a opção pela carne é cada vez mais requerida a dialogar com a perspectiva ética sobre nossa relação com os animais. Nesse sentido, a prática de comer carne é reexaminada e ressignificada também por aqueles que mantêm esse item em seu regime alimentar. Como afirma Dominique Lestel (2011), os defensores dos animais atribuem culpa àqueles que continuam comendo carne. Os adeptos da dieta carnívora seriam desprovidos de amor e compaixão pelos animais ou, no mínimo, não teriam consciência do mal que fazem. Em diálogo com essa perspectiva, minha ideia é pensar em como os carnívoros produzem respostas sobre essa concepção acerca de suas escolhas e hábitos alimentares.

Como já foi discutido, a produção antropológica a respeito do tema da comida discute que nossas atitudes frente aos diferentes alimentos são constituídas pelas associações investidas sobre eles e que aprendemos a partir de nossa sociedade. E com a carne não é diferente. De acordo com Fiddes (2004), mobilizamos a noção confusa de que ansiamos a carne simplesmente por suas qualidades físicas, mas as explicações sobre as preferências alimentares devem ser buscadas nos sistemas de pensamento subjacente às pessoas. Nesse sentido, os defensores dos animais encontram pelo caminho não só os muros dos frigoríficos ou uma tradição filosófica comum que estabelece uma separação rígida e hierárquica entre homens e animais, mas precisam lidar também com a complexidade existente em torno dos padrões dietéticos e das práticas econômicas estruturadas em torno da carne enquanto alimento central.

Para tratar desse tema levei em consideração conversas informais direcionadas com pessoas que possuem uma dieta onívora. O principal objetivo foi o de compreender como essas pessoas pensam a comestibilidade e a não comestibilidade dos produtos de origem animal, e

mais especificamente a carne, frente o debate ético em favor dos direitos dos animais. Tendo como base conversas direcionadas informalmente com pessoas de diferentes idades e sexo, principalmente sobre a prática do vegetarianismo, foi possível sistematizar as seguintes posições carnívoras: a) convictos; b) hedonistas; c) reticentes. Embora os discursos sobre a prática do vegetarianismo tenham aparecido de forma sobreposta ou trazendo especificidades que não couberam nessa tipologia, realizei o trabalho de compreensão sobre essas conversas a partir da composição desses três tipos ideais.

Os convictos baseiam sua argumentação em favor da dieta carnívora e contra o vegetarianismo através de uma fundamentação que pode ser entendida como naturalista ou mesmo teológica. Essas pessoas não cogitam a mudança sobre a maneira como se estabelece atualmente a relação dos homens com os animais, no que diz respeito à alimentação, pois acreditam que essa relação corresponde à finalidade dos seres: os animais existem para nos servir. As implicações morais e práticas da dualidade entre natureza e cultura que marca a sociedade ocidental não só é apropriada, como mobilizada no plano do discurso para reiterar a posição carnívora. Para aqueles a quem atribuo a denominação de convictos, a situação segundo a qual os animais são entendidos como comida ou matéria-prima de inúmeras atividades é legítima e reflete não mais que a sua própria existência. Fazer deles alimento consiste em uma situação “natural”, pois é para isso que existem. Como enfatizam os convictos, seria então uma “estupidez” e uma ação sem sentido, caso nós, seres humanos, perdêssemos a posição superior que ocupamos ao demonstrarmos preocupação ética com os animais. O ato de comer carne é mobilizado como um símbolo do poder humano e de sua civilização. Deixar de comer carne, por sua vez, significa um retrocesso em termos da nossa evolução.

Em conversa com uma advogada sobre o vegetarianismo e a preocupação com os animais, ela me explicou que entendia que ter animais para se alimentar é um direito dos homens e, portanto, não existem motivos para deixar de se alimentar deles, ao contrário, trata-se de uma relação prevista segundo a própria configuração do mundo. Seu argumento mostra que cuidar dos animais ou do meio ambiente não é nosso dever perante outros seres vivos, como os defensores dos animais reivindicam, mas perante nós mesmos. Nós é quem temos o direito de um meio ambiente preservado, pois todas as gerações devem e precisam continuar usufruindo dos “bens naturais”. Considerando que a preocupação com o meio ambiente se constitui a partir de diferentes motivações e de diferentes ideias sobre a natureza, o que justifica a preocupação com os animais segundo o entendimento dos convictos é o direito de usufruir deles como objetos de consumo. A fronteira

hierárquica estabelecida entre seres humanos e animais, que caracteriza a modernidade, orienta a postura e os argumentos dos convictos contra qualquer interdição do uso dos animais. Estes são considerados seres inferiores, autômatos e que têm como finalidade de sua existência atender aos interesses dos seres humanos.

Os hedonistas, por sua vez, embora reconheçam que a produção industrial da carne resulte em situações de “maus-tratos”, colocam acima de qualquer preocupação ética com os animais os prazeres degustativos que sua carne proporciona. Não se trata de um posicionamento que considera irrefutável a forma como a sociedade ocidental trata e pensa a relação estabelecida com os animais; eles somente rejeitam a posição de vanguardistas desse movimento. O que está em jogo é a disposição individual para abrir mão da carne em sua dieta alimentar. Em conversa com um colega estudante de Antropologia, ouvi que considerava exagerada, ou até mesmo pitoresca, a existência de movimentos sociais, presentes inclusive dentro das universidades, que se organizam em prol dos animais. Ao dar continuidade ao diálogo, trazendo para a conversa a posição do chamado filósofo dos animais Peter Singer, que afirma que a luta das mulheres no início do século passado havia sido inicialmente ridicularizada por setores da sociedade, meu colega refletiu e considerou até mesmo válida a associação do filósofo. Mas de pronta resposta, afirmou que deixaria essa luta para outras pessoas, porque não queria abrir mão de sua dieta carnívora.

Diferente dos convictos, as pessoas aqui identificadas como hedonistas consideram legítima a inclusão dos animais em uma comunidade moral, levam a sério as condições às quais são submetidos, mas não querem abdicar dos “prazeres da carne”. Colocam em primeiro lugar seus desejos, em detrimento ao que seria uma forma de preocupação com os animais. Há neste caso uma hierarquia de interesses, pois concordam com a crítica dos defensores dos animais, mas não ao ponto de abdicar do consumo da carne. Ainda que, em um primeiro momento, avaliem como pertinentes as denúncias contra os “maus-tratos” conferidos aos animais, as desconsideram em segundo momento, quando pensam no sabor da carne. Visualizam a inclusão dos animais em uma comunidade moral, mas não em sua própria comunidade. Na avaliação moral dos hedonistas, as denúncias sobre as práticas do abate dos animais, ou as condições em que são criados até o dia em que “se tornam” carne, possuem menos peso do que desfrutar de um churrasco. Desconsideram, portanto, essas denúncias porque não querem se tornar vegetarianos, porque não possuem qualquer intenção de estabelecerem para si uma preocupação ética com os animais, mas não desconsideram quem o faz. A preocupação com os animais nesse caso é pensada como possível, mas não por eles. Os interesses dos

hedonistas aparecem em primeiro lugar em contraste com os interesses dos animais.

Os reticentes, embora se alimentem ou façam uso de animais para outros fins, não fazem nenhuma objeção às denúncias dos defensores dos animais. O que explica sua dieta carnívora é o “pecado da gula”, ou seja, a incapacidade de resistir ao sabor da carne. A tradição, o hábito, o costume seriam dimensões da vida mais fortes do que a vontade em modificar sua dieta alimentar. Esses sentem “pena” dos animais, não querem ouvir falar dos procedimentos tecnointindustriais para o seu abate e não podem nem pensar em ver imagens dessas práticas. Mas não acreditam em sua capacidade de deixar de se alimentar de carne. Outro fator mobilizado para justificar a não adoção do vegetarianismo diz respeito às implicações sociais e econômicas dessa escolha. O receio de se tornarem excluídos do meio social por não participarem integralmente das confraternizações de amigos e parentes, por exemplo, além da preocupação com os custos financeiros ou à sua saúde, são fatores que contribuem para a continuidade de uma dieta carnívora.

Contudo, entre os reticentes, como estou chamando-os, a crítica dos defensores dos animais não só é considerada legítima, como é também propagada por essas pessoas, juntamente à confissão de seu próprio erro em continuar fazendo dos animais fonte de alimentos. No que se refere ao consumo da carne de animais, esses o fazem com culpa ou se alimentam sem pensar nas questões em jogo para não tomarem conhecimento do que seria sua responsabilidade: “No dia que ‘descobrir’ que meu bife vem do boi eu paro de comer carne.” A posição carnívora é mantida entre essas pessoas através da justificativa de que se julgam incapazes de aderir a uma dieta vegetariana. Os reticentes se sensibilizam com a “causa animal”, se dizem conscientes do sistema de produção da carne, ficam indignados com a prática de rodeios ou outras atividades que promovem a morte ou violência contra os animais.

Como seus desejos negligenciam o “sofrimento animal” em razão de sua “fraqueza” e não de uma posição autoafirmada de sua vontade de comer carne, essa perspectiva diferencia os hedonistas dos reticentes. Manter a carne em sua dieta não ocorre em razão de uma escolha, mas da incapacidade de suprimi-la de seu cardápio. Portanto, os reticentes não enfatizam o sabor da carne, mas sua incapacidade e receio em implementar uma dieta vegetariana. O posicionamento carnívoro não é defendido como uma escolha legítima, mas é baseado na culpa e na ideia de ilegitimidade. Nesse sentido, essas pessoas valorizam a postura daqueles que deixam de se alimentar de carne, têm curiosidades sobre a experiência da interdição dos animais em sua dieta, perguntam sobre as dificuldades de tirar a carne do cardápio, mas não se consideram “fortes” como eles. Enaltecem a “humanidade” dessas pessoas, e se consideram

seres menos “evoluídos”, menos “iluminados”. Entre os reticentes, o plano de uma dieta vegetariana é adiado, mas não é descartado. Enquanto consomem carne, preferem não pensar nos animais, não tomar conhecimento dos processos de produção e muito menos assistir filmes ou ver imagens sobre esses processos. Mas, mesmo que de forma muito distante, vislumbram o dia em que serão “fortes” o suficiente para excluir os animais de sua dieta.

Considerações finais

As questões mobilizadas pelos convictos, hedonistas e reticentes para afirmar a sua dieta carnívora demonstram o conjunto complexo e variado de relações em jogo ao se abdicar do consumo da carne: relações sociais, econômicas, concepções inatistas sobre gosto, preferências individuais e, sobretudo, perspectivas sobre a relação homem-natureza. Os padrões dietéticos em torno da carne como fonte de alimento se relacionam com a imagem que as pessoas têm de si mesmas e com a forma como elaboram suas relações sociais e com a natureza. Sendo assim, esses aspectos mencionados e que apareceram na avaliação que os carnívoros fazem de sua dieta frente à crítica de que são cruéis aos animais, revelam o universo em torno da definição de comestibilidade e não comestibilidade da carne. E demonstram que a escolha desse alimento ou sua interdição mobiliza questões mais amplas que a preferência pelo gosto e seus aspectos nutricionais.

Desse modo, fazer da carne fonte de alimento, ou negar que o corpo do animal possa ser transformado em comida, mobiliza um universo de usos e significados integrados às relações pessoais que no limite alcança a própria definição do humano. De acordo com Mintz (2001), as preferências por comida são próximas do centro de autodefinição das pessoas. Aqueles que comem diferentes comidas ou comidas similares de diferentes maneiras são pensados como notadamente desiguais. E como o autor afirma, são pensados até mesmo como menos humanos. Considerando que poderíamos nos alimentar de qualquer coisa que não fosse imediatamente tóxica, nossas escolhas restringem uma ampla oferta existente. E dizem respeito não ao que seriam nossas necessidades objetivas ou escolhas pessoais, mas à identificação com o grupo que pertencemos ou ao qual aspiraríamos pertencer.

Observa-se, então, que a discussão sobre o consumo da carne nos permite problematizar o fato de que sua inclusão em nossa dieta se liga à nossa própria identificação enquanto seres humanos. De acordo com Ingold (1994), o cultivo da natureza aparece como corolário lógico do cultivo do homem, de si mesmo e de seu poder de razão. Sendo assim, rejeitar uma dieta carnívora significa deixar de cultivar a natureza em certo sentido, e então abdicar da nossa própria ideia de humanidade.

Desse modo, se rotineiramente enfatizamos a função reconhecida cientificamente da carne em termos de nutrição e saúde como o determinante principal de sua centralidade em nosso sistema alimentar, devemos levar em consideração também que o que existe em torno da carne é mais do que a proteína ou o seu sabor. Como fica claro na posição dos convictos e dos hedonistas, o ato de comer carne encontra fundamento na ideia sobre o predomínio humano em relação aos animais. Seja a partir dos argumentos mobilizados pelos convictos, que afirmam que a existência dos animais encontra sentido na medida em que atendem aos interesses humanos, e então não seria plausível interditar o consumo de carne. Seja a partir da ideia de que a importância dos seres humanos prevalece em relação à importância dos animais, já que entre preservar a vontade de consumir carne ou o interesse dos animais de viver, os hedonistas reivindicam, pelo menos para si, a manutenção da dieta carnívora.

Considerando esses aspectos mais amplos, que foram assinalados nos discursos daqueles que mantêm a carne em sua refeição, observamos como as reivindicações políticas em favor do vegetarianismo ético mobilizam diferentes e complexos significados conferidos não só aos alimentos, mas também à ideia sobre o humano e o animal. E é a partir dessa rede intrincada de inter-relações e significados que devemos entender as novas lógicas normativas sobre a produção e o consumo da carne. O que nos leva a dizer que a pretensão de convencer a todos sobre o vegetarianismo ético não é tão simples quanto colocar paredes de vidro nos matadouros.

Referências bibliográficas

- ABONIZIO, Juliana. Consumo alimentar e anticonsumismo: veganos e freeganos. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 49, n. 2, mai./ago. 2013, p. 191-196.
- AZEVEDO, Elaine de. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 19, n. 44, jan./abr. 2017, p. 276-307.
- BARBOSA, Livia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jul./dez. 2007.
- BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- CELKA, Marianne. *L'Animalisme: enquête sociologique sur une ideologie et une pratique contemporaines des relations homme/animal*. Sociology. Université Paul Valéry - Montpellier III; Universidade do Minho, França, 2012.
- COUNIHAN, Carole. SINISCALCHI, Valeria. *Food Activism: Agency, Democracy and Economy*. London: Bloomsbury, 2014
- FELIPE, Sonia. O sono das galinhas. [S.I.] Agência de Notícias de Direitos Animais, 2011b. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/01/06/2011/o-sono-das-galinhas>>. Acesso: 14 jun. de 2012.
- _____. Mimos e Manhas? [S.I.] Agência de Notícias de Direitos Animais, 2012. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/10/12/2012/mimos-e-manhas>>. Acesso: 10 nov. de 2013.
- _____. Direitos animais: controle ético das populações domesticadas. [S.I.] Agência de Notícias de Direitos Animais, 2013. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/07/01/2013/matar-nao-educa>>. Acesso: 17 jan. de 2014.
- FERRIGNO, Mayra Vergotti. *Veganismo e libertação animal: um estudo etnográfico*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2012.
- FIDDES, Nick. *Meat, a natural symbol*. London: Routlege, 2001.
- FISCHLER, Claude. Food, Self and Identity. *Social Science Information*, n. 27, June 1988, p. 275-293.
- _____. *El (h)omnívoro. El gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1995.
- FOER, Jonathan Safran. *Comer animais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- FRANCIONE, Gary. *Introdução aos Direitos dos Animais*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.
- HARRIS, Marvin. *Bueno para comer. Enigmas de alimentación y cultura*. Alianza Editorial, 1989.
- INGOLD, Tim. Humanity and Animality. In: Tim Ingold (Ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*, London, Routledge, 1994, pp. 14-32.
- LESTEL, Dominique. *Apologie du carnivore*. Librairie Arthème Fayard, 2011.
- LEVAL, Laerte. Crueldade consentida – Crítica à razão antropocêntrica. *Revista Brasileira de Direito Animal: Evolução*, Salvador, BA, n. 1, 2006, p. 171-190.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo hoje*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

- LIRA, Luciana Campelo de. “Eles matam porque você come!”: simbolismo e moral alimentar entre vegetarianos e vegans”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, dez. 2013, p. 769-788.
- MINTZ, Sidney. Comida e Antropologia. Uma breve revisão. *RBCS*, v. 16, n. 47, out./2001, p. 31-41.
- MULLER, Bruno. Um vegano deve usar remédios [S.I.] Agência de Notícias de Direitos Animais, 2009. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/10/03/2009/um-vegano-deve-usar-remedios>>. Acesso: 12 dez. de 2011.
- MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Itaquí, Baixo Amazonas, Pará. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 44, n. 2, 2001, p. 39-88.
- PERROTA, Ana Paula. *Humanidade estendida: a construção dos animais como sujeito de direitos*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado), 2015.
- REGAN, Tom. *Jaulas Vazias*. Porto Alegre, RS: Lugano, 2006.
- ROSSI, Paolo. *Manger, besoin, désir, obsession*. Espoirs, Arléa, 2010.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. *Anthropology and Development: understanding contemporary social change*. London: Zed Books Ltd, 7 Cynthia Street, 1995.
- SINGER, Peter. *Libertação animal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- TRAJANO, Tagore. *Direito animal e ensino jurídico, formação e autonomia de um saber pós humanista*. Evolução: Salvador, BA, 2014.
- TRIGUEIRO, Aline. *Consumo, ética e natureza: o veganismo e as interfaces de uma política de vida*. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun. 2013, p. 237-260.
- VARNER, Gary. *In Nature's Interests?* New York: Oxford University Press, 1998.

PERROTA, Ana Paula. Vegetarianismo ético e posições carnívoras: questões além do sabor e dos nutrientes. *Estudos Sociedade e Agricultura*, junho de 2017, vol. 25, n. 2, p. 327-352, ISSN 2526-7752.

Resumo: (*Vegetarianismo ético e posições carnívoras: questões além do sabor e dos nutrientes*). A mobilização política para a reivindicação dos “direitos dos animais” propõe o fim de todas as atividades que fazem uso desses seres sob a justificativa de que os animais seriam vítimas de “exploração” e “sofrimento”. Essa forma de ação política defende o vegetarianismo/veganismo como único caminho ético possível, colocando em questão a comestibilidade da carne de origem animal, que ocupa papel central no padrão dietético dos países ocidentais. A partir da atuação dos defensores dos animais, podemos afirmar que a produção e o consumo desse bem alimentício se depara com novas questões que dizem respeito a aspectos políticos e ideológicos em torno do tratamento conferido aos animais. Tendo em vista essa discussão mais geral, o objetivo desse trabalho é apresentar como as questões éticas em favor dos animais confrontam o sistema de práticas e valores referentes aos alimentos de origem animal, conforme a percepção daqueles que não aderiram a uma dieta vegetariana. A ideia, portanto, é partir do modo como os defensores dos animais estabelecem um incômodo sobre o consumo da carne, e em diálogo, pensar em como as pessoas que seguem uma dieta carnívora reavaliam a comestibilidade e a não comestibilidade dos produtos de origem animal. Para a realização desse artigo utilizo a pesquisa realizada com os defensores dos animais: trabalho de campo, entrevistas e leitura bibliográfica. E além disso, foram realizadas 30 conversas informais, presenciais e *online* com moradores da cidade do Rio de Janeiro, que possuem uma dieta carnívora.

Palavras-chave: relações humano e animal, alimentação, veganismo, sociologia e antropologia da moral.

Abstract: (*Ethical vegetarianism and carnivorous positions: issues beyond flavor and nutrients*). Political mobilization in defense of "animal rights" proposes the end of all activities that make use of these beings under the justification that animals would be the victims of "exploitation" and "suffering". This form of political action defends vegetarianism / veganism as the only possible ethical path, and brings into question the edibility of meat of animal origin, which plays a central role in the dietary patterns of Western countries. From the performance of animal advocates, we can say that the production and consumption of this food is facing new issues that concern political and ideological aspects around the treatment of animals. In view of this more general discussion, the purpose of this paper is to present how ethical questions in favor of animals confront the system of practices and values regarding animal foods, according to the perceptions of those who did not adhere to a vegetarian diet. The idea, therefore, is to depart from the way that animal advocates establish their discomfort about the consumption of meat, and in

dialogue, to think about how people who follow a carnivorous diet re-evaluate the edibility and non-edibility of the products of animal origin. To accomplish this article I employ research conducted with animal rights defenders: fieldwork, interviews and bibliographical review. In addition, 30 informal, online and in person conversations were held with residents of the city of Rio de Janeiro, who have a carnivorous diet.

Keywords: human and animal relations, alimentation, Veganism, Sociology and anthropology of morality.

Recebido em abril de 2017.

Aceito em maio de 2017.